

# LINGUASAGEM

## “RESPEITEM NOSSAS FAMÍLIAS”: O MOVIMENTO OCUPE ESTELITA E A LUTA PELOS LUGARES

Felipe Augusto Santana do NASCIMENTO<sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir, a partir da Análise de Discurso, o enunciado “Respeitem nossas famílias”, que circulou na cidade do Recife – PE, em maio de 2015, após a ocupação da rua do prédio do atual prefeito da cidade, Geraldo Júlio, por integrantes do *Movimento Ocupe Estelita*. Ao tomarmos a cidade enquanto um espaço simbólico e desigualmente dividido, discutiremos a verticalização, a relação público/privado e o lugar do patrimônio histórico nos processos de identificação/reconhecimento com o espaço e, ao mesmo tempo, na construção das fronteiras sociais na cidade, ao determinar desigualmente os lugares ocupados pelos sujeitos e, portanto, quem tem direito à “fala” enquanto outros são “falados”. É no batimento entre descrição e interpretação, por meio da imbricação entre o linguístico e o imagético, que observaremos que os sentidos não são *a priori* e que a luta pelos lugares a serem ocupados na cidade é uma luta diária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidade; Espaço; Luta pelos lugares; *Movimento Ocupe Estelita*

### Primeiras palavras...

Em *A hora da estrela*, de Clarice Lispector, a personagem Macabeia “vivía numa cidade toda feita contra ela”. Macabeia, nordestina, do interior de Alagoas, não conseguia se adaptar à cidade grande, à cidade do Rio de Janeiro. Embora a cidade fosse grande, a personagem vivia o dilema de nela não caber: Macabeia parecia não pertencer à cidade. Estava segregada, à procura de um lugar a partir do qual pudesse dizer-se/significar-se.

Ao mesmo tempo em que as cidades crescem, a luta por estar dentro delas se dilata. As grandes cidades brasileiras estão passando por alterações de sua dinâmica local, ocasionadas, sobretudo, pelas construções de grandes edifícios que provocam o

<sup>1</sup> Doutorando em Linguística no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual de Campinas (IEL/UNICAMP). Bolsista CNPq.

aumento da desigualdade entre os seus moradores. Quem tem maiores condições financeiras, pode morar em um grande edifício, de preferência nos andares mais altos, que custam cada vez mais caro; quem não tem, está condenado a trabalhar ainda mais na ilusão de que um dia possa estar “um pouco mais no alto”.

Impulsionado por essa lógica do mercado, não basta ter cada vez mais, é preciso ostentar que se tem. E os grandes edifícios servem a esse jogo: ao mesmo tempo em que possibilitam a ostentação, evidenciando a verticalização da sociedade e a segregação (quem tem mais mora no topo), possibilitam o enriquecimento de determinados setores da sociedade e o aumento da segregação entre os sujeitos e os lugares a ser ocupados por eles<sup>2</sup>. A sobredeterminação na cidade, dessa forma, tem como um de seus efeitos:

a *verticalização* das relações horizontais na cidade, que, de espaço material contíguo, se transforma em espaço social hierarquizado (vertical). Nesse processo de verticalização, o “socius” (o aliado) e “hostis” (o inimigo) se indistiguem e a cidade passa a ser “urbanizada” num movimento em que as diferenças, verticalizadas, se significam pela remissão categórica a níveis de dominação e impede a convivência, o trânsito horizontal, as relações de contiguidade. A organização social vai refletir essa verticalidade da formação social urbana no espaço horizontal, separando regiões, determinando fronteiras que nem sempre são da ordem do visível concreto mas funcionam no imaginário sensível. Segregação. (ORLANDI, 2004, *grifo da autora*)

São sustentados no discurso pelo direito à cidade, no entanto, que diversos movimentos sociais vêm reivindicado maior participação na construção da cidade. O *Movimento Ocupe Estelita* em Recife, nesse sentido, vem se destacando como um dos maiores movimentos sociais na luta por uma cidade que contemple o público em detrimento do privado, o coletivo em relação ao individual; além de lutar pela preservação da área do Centro histórico do Recife e o seu melhor aproveitamento. Tal movimento, dessa forma, se opõe ao *Projeto Novo Recife*<sup>3</sup>, que propõe a construção de

<sup>2</sup> A discussão em torno da cidade foi mote para alguns filmes brasileiros, dos quais destacamos o documentário *Edifício Master* (2002), de Eduardo Coutinho, que discute a diversidade e a decadência a partir da convivência entre os moradores do Edifício Master, localizado no bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro, e o filme *O som ao redor* (2013), de Kleber Mendonça, que enfatiza a relação entre o som, o silêncio e a cidade, a partir do bairro de Boa Viagem, zona nobre do Recife.

<sup>3</sup> Não cabe aqui uma discussão sobre a designação *Projeto Novo Recife*, mas é interessante observar como o adjetivo “novo” aparece como novidade e, dessa forma, sinônimo de bom. *Como se*, por ser “novo”, o projeto necessariamente fosse bom e, portanto, não precisasse de discussão. Nos comerciais e folhetos de divulgação do projeto, é sempre enfatizado o novo em oposição ao velho (o abandonado Cais José Estelita), ou seja, o bom em relação ao ruim. Não se é questionado, nesse sentido, os motivos pelos quais o Cais está abandonado e a quem interessa esse abandono, tampouco os processos históricos que o levaram a ser considerado velho/atrasado/ruim e não ser, de fato, patrimônio histórico, o que garantiria sua preservação. O cais é entendido como algo dado (sem história), e não como uma construção histórica-

torres residenciais e comerciais no Cais José Estelita (daí o nome do movimento), considerado pelo movimento um projeto ilegal<sup>4</sup>, já que não foram seguidas todas as exigências apontadas pelo Ministério Público Federal de Pernambuco (MPF/PE) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que reivindicam um melhor estudo de impacto do projeto para o Centro histórico do Recife e seus moradores. Para os integrantes do Movimento, além do *Projeto Novo Recife* não comungar com a paisagem local, ele não beneficiaria diretamente os moradores da região, principalmente os das periferias do Centro do Recife, que não teriam condições de morar em um dos prédios que serão construídos. Por outro lado, a Prefeitura do Recife e as empreiteiras, que são responsáveis pela execução do projeto, alegam que o *Novo Recife* revitalizaria uma parte abandonada da cidade, ao trazer investimentos e turismo para o local.

É a luta pelo espaço e por poder ocupar um lugar nele que aqui está em jogo. Não apenas a luta por quem usa o espaço e dele se apropria, mas a luta por sentidos pelo/sobre o espaço: quem tem direito a usá-lo, quem tem direito à cidade e dela usufruir. É a questão do dissenso, da diferença, que se apresenta no “ordinário das massas” (PÊCHEUX, 2012, p. 48) em seus equívocos.

Neste trabalho, portanto, analisaremos o enunciado “Respeitem nossas famílias”, que circulou na mídia impressa, *on-line* e em redes sociais após a ocupação/acampamento de membros do *Movimento Ocupe Estelita* em frente à residência do Prefeito da cidade do Recife, Geraldo Júlio, em maio de 2015. A ocupação, que durou três dias, objetivava a revogação do Projeto de Lei que autorizava a construção de prédios residenciais e comerciais na parte histórica da cidade<sup>5</sup>. Por meio do cruzamento entre o suporte material (imagético e linguístico) com as determinações históricas, no batimento entre descrição e interpretação (PÊCHEUX, 2012), observaremos que a mesma base linguística aponta para diferentes sentidos e para a

---

discursiva. Além disso, é importante salientar que, satirizando o *Projeto Novo Recife*, há a página no *facebook Projeto Novíssimo Recife*, indicando que o novo já está ultrapassado e que um *novíssimo* projeto, que priorize o público em detrimento do privado, é a solução.

<sup>4</sup> Não vamos nos adentrar nessas questões, mas o legal, o ilegal e o legítimo são significantes que estão em movimentos e apontam para os diferentes lugares que os sustentam. No dizer de Costa (2014, p. 22), “quem decide os sentidos é o político, o embate entre legitimidade e legalidade também é regido por ele”.

<sup>5</sup> A aprovação do Projeto de Lei que autorizava a construção de prédios na parte histórica do Recife foi alcançada após uma votação extra pauta, o que, para integrantes do *Movimento Ocupe Estelita*, foi uma manobra ilegal para beneficiar os interessados (determinadas empreiteiras e seus políticos e partidos aliados). A votação extra pauta evitou que o movimento se articulasse para impedir a votação ou obter aliados para não aprovar o Projeto de Lei.

possibilidade de sujeitos segregados se tornarem visíveis (serem ouvidos), mesmo que seja pelo outro (o dizer do outro).

### **Um pouco sobre a teoria que nos sustenta**

Em *Discurso: estrutura ou acontecimento*, Pêcheux aponta para a necessidade de se “pôr na escuta das circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido” (2012, p. 48), a fim de compreender que os sentidos se constituem não apenas em espaços institucionalizados, mas também no dia-a-dia. O analista de discurso, dessa forma, precisa estar sensível à escuta do cotidiano e se confrontar com as evidências que o constituem, compreendendo o funcionamento do discurso, as relações de poder e os processos de produção de evidência para os sujeitos.

Dessa maneira, a Análise de Discurso, enquanto disciplina de interpretação, se depara com aquilo que não é possível apreender: o real. E por haver “injunção à interpretação” (ORLANDI, 2012a) “não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências” (HENRY, 2010a, p. 47). Nesse sentido, o analista de discurso busca compreender a interpretação, o funcionamento do discurso. Não se trata de achar a interpretação correta, mas de fazer vir à tona as evidências que constituem os sujeitos, ao compreender o funcionamento ideológico e os suportes nos quais ele se materializa.

É preciso, para tanto, levar em consideração uma mudança de terreno, cuja desestabilização – provocada por um real que não cessa de produzir efeitos (e sentidos) – expõe a contradição e a falta que não é possível querer ignorar. No dizer de Pêcheux (2012), tal opção por levar em consideração a língua em sua incompletude e a história em sua contradição é muito mais do que a incorporação de novos instrumentos à análise, é “uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade” (*idem*, p. 52). Ao contrário da Análise de Conteúdo, que busca a (única) interpretação do texto, a Análise de Discurso se questiona pela evidência dos sentidos, levando em conta a história e o político como constitutivos do discurso. Questionar nossas próprias evidências e nossa interpretação, enquanto analistas de discurso, é antes de tudo uma questão de responsabilidade.

Nesse sentido, na perspectiva discursiva materialista à qual nos filiamos, o político (a divisão, a diferença) constitui todo discurso, inclusive os do cotidiano. Isto

significa que é preciso compreender a contradição e a desigualdade no modo de produção da sociedade e o discurso na sua relação com a ideologia, em sua materialidade. E o discurso se materializa em diferentes “materialidades significantes” (LAGAZZI, 2009).

A Análise de Discurso trabalha, portanto, com a materialidade discursiva. A materialidade específica da ideologia é o discurso e sua materialidade específica é a língua<sup>6</sup>. Isto, no entanto, não significa que outras materialidades significantes não podem ser estudadas pela AD. Ao contrário, a partir de nossa perspectiva, assim como a língua, a imagem e outros objetos simbólicos são considerados discurso. Estamos, assim, compreendendo tanto o verbal quanto o não-verbal como discurso e fundamentais para a nossa análise. A base dos processos discursivos tem uma textualidade que não é necessariamente verbal. Como bem aponta Lagazzi (2009, p. 67), “os elementos significantes não são considerados tendo como parâmetro o signo, mas a cadeia significante, o que permite ao analista buscá-los sempre em uma relação de movimento, de estabelecimento de relações a”. É por meio, portanto, da imbricação material e da *relação a/entre* esses objetos simbólicos que poderemos observar o funcionamento da ideologia.

Entretanto, para compreender o funcionamento da ideologia, é preciso reconhecer a impossibilidade de acessar o sentido: há sempre efeitos de sentido. É o reconhecimento do político (RODRÍGUEZ, 2005, p. 20), por meio da contradição desigual, em que o “um se divide em dois” na relação de “contradição-desigualdade-subordinação” (PÊCHEUX, [1977], p. 10), que possibilita que não naturalizemos as relações humanas *como se* as tensões entre sujeitos, sentidos e espaço fossem naturais. Estamos sempre mobilizados pelas evidências, é preciso esquecer para lembrar. Esquecer que não se é origem do sentido para produzir sentidos. Esquecer que o mundo que nos cerca também não é um espaço natural, uma evidência, mas “constitutivo do processo do qual resultam sujeitos e sentidos” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011, p. 246). Por isso, ainda segundo Rodríguez-Alcalá (*idem*), sujeitos, sentidos e espaços estão materialmente ligados, sendo a *forma-histórica particular de configuração do espaço* a cidade. Isto significa que, nas sociedades nacionais ocidentais, não é possível pensar o sujeito fora da relação com a história e com o espaço. Não há sujeito que se signifique

---

<sup>6</sup> A língua é a materialidade específica da ideologia. Entretanto, sustentados nos trabalhos de Suzy Lagazzi e de outros analistas de discursos que trabalham com outros suportes materiais, poderíamos utilizar “língua(gem)” para remetermos tanto à língua quanto à linguagem.

fora da relação com a cidade, pois, mesmo que o sujeito não esteja inscrito na cidade, mas inscrito no campo, por exemplo, ele é significado a partir da cidade, por meio do dizer sobre a cidade.

Assim, é preciso compreender a cidade em movimento, em sua materialidade, sem silenciar as diferenças e os conflitos sociais que a constitui. A cidade, dessa forma, se constitui como sendo um espaço comum e ao mesmo tempo dividido, desigual, cujos sujeitos lutam pelos lugares a serem ocupados nesse espaço. Em seu cotidiano, os sujeitos vão se identificando com a cidade através de seus *pontos de referências* (FEDATTO, 2013, p. 26)<sup>7</sup> por meio dos quais vão construindo sua relação com a cidade, a identificação/reconhecimento com ela: “os *pontos de referência* da cidade ficam atados à história do próprio sujeito” (*idem*, p. 65).

Nesse sentido, os patrimônios históricos se apresentam como mecanismos de identificação, as *condições reais de existência do sujeito* se vinculam a esses patrimônios a tal ponto que os sujeitos já não conseguem se reconhecer sem eles. Os patrimônios *forjam* um certo sentimento de pertencimento, um lugar por meio do qual os sujeitos se identificam com o espaço e os demais habitantes, *como se* esse reconhecimento *fosse* natural, uma evidência. O sujeito é tomado pela evidência do espaço (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011), pela transparência de que determinados lugares são patrimônios porque são históricos. Em outras palavras, essa textualidade é construída *como se fosse* uma unidade, cujos sentidos são dados aos sujeitos como evidentes. É preciso, no entanto, levarmos em consideração, como aponta Fedatto (2013, p. 89), que o patrimônio histórico é efeito de uma invenção e

não sem ambiguidade, as construções que se transformaram em referência, elevadas também, em vários casos, ao estatuto de *patrimônio histórico*, são qualificadas por pares antitéticos como lugares de resistência ou submissão, invenção ou empréstimo, progresso ou decadência. os limites dessas disjunções devem ser compreendidos através da rede de discursos que fundou a noção de patrimônio.

Não buscamos neste trabalho discutir essa rede de discursos que fundou a noção de patrimônio, mas observar que os dizeres em torno do patrimônio produzem (des)identificações que, pelo forjamento de um passado, o sujeito se reconhece (ou não se reconhece) como membro de uma comunidade e, portanto, (não-)pertencente ao

<sup>7</sup> Fedatto (2003, p. 71-72) define os *pontos de referências* como “um lugar no espaço urbano duplamente afetado pela temporalidade”: pelo *imaginário da localização* (o aqui) e o *imaginário de retrospectão* (é uma lembrança de um outro-tempo, uma alteridade temporal).

espaço. A cidade, compreendida enquanto espaço simbólico, permite essas diferentes identificações com o seu corpo. A ocupação desse corpo, contudo, é desigualmente dividida e os lugares ocupados pelos sujeitos os impedem de pedir os mesmos direitos, respeito.

### **Mo(vi)mento de análise: “Respeitem nossas famílias”**

Contra um modelo de desenvolvimento da cidade que prioriza a verticalização em detrimento da paisagem local, iniciaram-se, em 2012, protestos contra a demolição do Cais José Estelita, no Centro histórico do Recife. Os protestos se intensificaram em maio de 2014, com a ocupação da área do Cais por integrantes do *Movimento Ocupe Estelita*, fato que culminou em junho do mesmo ano na desapropriação de posse pela polícia, após 28 dias de ocupação. A forma violenta por meio da qual a polícia agiu foi responsável pela adesão de novos membros ao grupo do *facebook* “Direitos Urbanos/Recife”<sup>8</sup> e pela ocupação massiva dos adeptos ao movimento em redes sociais, por meio dos *hashtag* #*OcupeEstelita* e #*ResisteEstelita*<sup>9</sup>. Além disso, o movimento conseguiu visibilidade na mídia nacional e internacional, ao contrário da mídia local, que se absteve de fazer matérias sobre a ocupação, sendo acusada pelo movimento de estar ligada às empreiteiras.

Muitos são os pontos que poderiam ser discutidos em relação ao *Movimento Ocupe Estelita*, mas, neste trabalho, nos concentraremos em uma das ações do grupo, que consistiu na ocupação em frente à residência do Prefeito do Recife, Geraldo Júlio, no bairro da Torre, bairro de classe média alta do Recife, em maio de 2015. A ocupação foi consequência da aprovação de um plano urbanístico que permitia a construção de torres residenciais e empresariais na área do Cais José Estelita, Santa Rita e Cabanga, o que descaracterizaria a arquitetura local. Ao contrário das outras ocupações, que se

---

<sup>8</sup> O grupo no *facebook* “Direitos urbanos/Recife” foi criado no ano de 2012 a fim de discutir os rumos urbanístico da cidade do Recife. Apesar de discutir os mais variados assuntos relacionados ao modelo de desenvolvimento do espaço urbano da cidade (mobilidade, infraestrutura etc.), o grupo ficou conhecido pela oposição à demolição do Cais José Estelita e à construção de prédios de luxo na região, o que descaracterizaria a arquitetura local. O grupo é composto até o momento por mais de 30 mil membros no *facebook* e, desde então, além de discutir assuntos que envolvem o espaço urbano, reivindicam um novo plano urbanístico para a área do Cais.

<sup>9</sup> Além da ocupação física no Cais José Estelita, por meio de acampamentos e de atividades culturais, a ocupação no espaço virtual permitiu visibilidade na mídia nacional e internacional e conseguiu o apoio de teóricos de peso, a exemplo da arquiteta e urbanista Raquel Rolnik, da Universidade de São Paulo, e do geógrafo britânico marxista David Harvey, da *City University of New York*, que visitou o Cais em novembro de 2014.



concentraram no próprio Cais e em manifestações em grandes vias do Recife, essa se deu em frente à residência do prefeito da cidade. Buscava-se, com isso, a anulação do plano urbanístico e a maior participação social nas decisões que envolvessem o modelo de desenvolvimento do Recife.



Imagem 1<sup>10</sup>



Imagem 2<sup>11</sup>

No primeiro momento, alguns adeptos ao movimento, após se concentrarem na Praça do Derby, área central do Recife, no dia 07 de maio, caminharam até a residência do Prefeito do Recife e ocuparam a frente do prédio (imagem 1). Em sua maioria jovens universitários, alguns dos membros do movimento se mantiveram acampados em frente à residência do prefeito (imagem 2), buscando a revogação do Projeto de Lei que autorizava a construção de prédios no Centro histórico do Recife. Ocupar (imagem 1) e acampar (imagem 2) na frente da casa do Prefeito do Recife são gestos provisórios que se opõem ao gesto duradouro que a descaracterização do centro da cidade do Recife pode sofrer. As construções de prédios nessa região da cidade, além de não contribuir

10 Imagem retirada do Jornal *on-line Diário de Pernambuco*, em matéria do dia 07 de maio de 2015.

11 Imagem retirada do Jornal *on-line Correio do Grande Recife*, em matéria do dia 08 de maio de 2015.



para um modelo de desenvolvimento que favoreça toda a população, principalmente os moradores locais, contribuem para o aumento da divisão público/privado, já que uma área pública torna-se um empreendimento privado, diminuindo ainda mais a sociabilidade entre os habitantes da cidade.

Apesar de o movimento alegar que estava recebendo apoio de alguns moradores da rua do prefeito, foi fixada uma faixa no prédio onde mora o prefeito com a seguinte frase “Respeitem nossas famílias”.



Imagem 3<sup>12</sup>

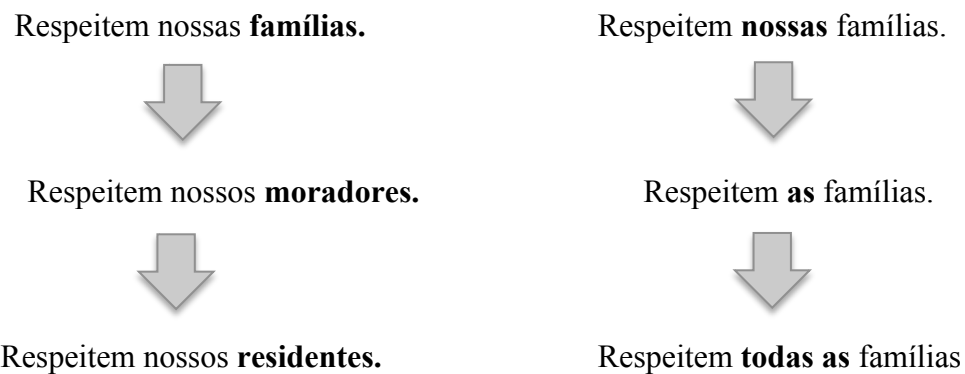
Tal imagem circulou na mídia pernambucana impressa e *on-line* e mostrava a insatisfação das 74 famílias do prédio (incluindo a família do prefeito) com a ocupação do *Movimento Ocupe Estelita*. Ainda que os membros do movimento declarassem estar recebendo apoio de moradores do prédio e de seus vizinhos, como afirmamos anteriormente, a faixa anexada ao prédio apontava para a insatisfação com a ocupação: “Respeitem nossas famílias”, deslegitimando o acampamento/ocupação dos militantes.

A utilização do verbo “respeitar”, na terceira pessoa do plural, com o sujeito elidido e com objeto preenchido “nossas famílias” (pronome possessivo + substantivo), constrói uma referência no discurso quando se imbrica o linguístico e o imagético e se remete à história, às condições de produção. O que queremos enfatizar é que, ao contrário de uma análise imanente da língua (uma língua sem real e sem história), a Análise de Discurso nos convida a compreender a história como constitutiva dos

<sup>12</sup> Imagem retirada do Jornal *on-line Diário de Pernambuco*, em matéria do dia 09 de maio de 2015.

sentidos e o suporte material, no caso o linguístico e o imagético, como condição *sine qua non* para compreender o funcionamento do discurso.

Diante dessa frase, nos perguntamos: Quem pede respeito? A quem é dado o direito a pedir respeito? O que “Respeitem nossas famílias” silencia? Por que dizer famílias, e não moradores ou residentes? Se o não dito significa (ORLANDI, 2007), então dizer “Respeitem nossas famílias” não é igual do que dizer “Respeitem nossos moradores/ residentes”. “Do mesmo modo que dizer “Respeitem nossas famílias” não é o mesmo do que dizer “Respeitem as famílias” ou “Respeitem todas as famílias”. Assim podemos observar os seguintes deslizamentos:



Ao dizer “Respeitem nossas famílias”, atualiza-se uma memória de que a família é sagrada<sup>13</sup> e precisa ser respeitada. A casa, dessa forma, aparece como o lugar da família, do sagrado, e que, portanto, não deve ser violada, tem que ser respeitada. Não são moradores ou residentes que vivem no prédio do Prefeito do Recife, mas famílias. Ao remetermos a faixa branca com letras pretas na vertical ao prédio de luxo que a sustenta, sabemos que não são “as famílias” nem “todas as famílias” que devem ser

13 A Análise de Discurso pensa o texto com *relação a* outros textos, relação com o “fora”, com o que não está dito, colocando a interpretação em questão. Ao pôr em funcionamento a *relação a*, o que nos ajuda a sustentar essa leitura, que ora propomos, é o fato de as palavras “reverenciem”, “venerem” e “sagrem” aparecerem como sugestão de sinônimas pelo *world* para a palavra “respeitem”. É interessante observar que, nas discussões sobre o conceito de família hoje, são atualizadas as palavras “respeitar” e “famílias” para desqualificar o argumento de que casais de pessoas do mesmo sexo, por exemplo, podem ser considerados famílias. O que está em jogo aqui é o respeito à família tradicional (pai, mãe e filho(s)), que possui direitos enquanto famílias compostas por pessoas do mesmo sexo não têm os mesmos direitos, estão à margem. As palavras respeitar/reverenciar/venerar/sagrar parecem sustentar um certo conceito de família, que exclui quem dele não faz parte. Dessa forma, a alguns é dado o direito de dizer-se família, enquanto a outros não.

respeitadas, mas as “nossas”, ou seja, apenas as que moram no prédio do prefeito da cidade do Recife, Geraldo Júlio.

A referência discursiva em torno do pronome possessivo “nossa” vai sendo construída e demonstra que não se trata de um pronome inclusivo, mas exclusivo, pois, como já dissemos, nem todas as famílias parecem merecer respeito. Por outro lado, o verbo “respeitar” aparece como uma evidência, pleno de sentidos, já que não se indica a forma *como* se deve respeitar. Na imagem 4, por outro lado, a utilização da mesma frase “Respeitem nossas famílias” parece indicar outros sentidos...



Imagem 4<sup>14</sup>

Respeitem as famílias do Coque. Respeitem as famílias da Vila Sul, da Vila do Motorista, de Brasília Teimosa, da Ocupação Cacique Xicão, do Bom Jesus. Respeitem os ambulantes. Respeitem as nossas famílias que são todos os dias roubadas e enganadas por esse governo. #ResisteEstelita #OcupeEstelita #ForaGeraldo

Ainda que a frase seja a mesma, a segunda imagem se difere da primeira. É preciso remeter essa imagem em sua materialidade significativa (LAGAZZI, 2009) ao verbal e às condições de produção. Frente a essa imagem, nos perguntamos: estamos diante do mesmo, mas diferente? Quem pede respeito? A quem se pede respeito? A esses moradores, é dado o direito à fala?

O que vemos agora, ao contrário de um prédio de luxo que sustenta uma faixa branca na vertical, é uma montagem de uma faixa branca, agora na horizontal e sustentada por paus, com a mesma frase, em um outro local: uma favela do Recife. A verticalidade da faixa (quem está no topo tem mais) dá lugar à horizontalidade: aos que estão na parte de baixo da pirâmide social. A própria posição da faixa aponta para essa

14 Imagem compartilhada por um usuário do *Instagram*, acrescentada com os seus comentários.

segregação, não é possível, a partir da imagem 4, a sustentação da faixa na vertical, não há prédios no primeiro plano da favela, não há verticalização: não há possibilidade de estar no topo, de ascensão.

Ao contrário da imagem 3, que circulou predominantemente na mídia local, a imagem 4 circulou nas redes sociais como uma resposta à primeira, principalmente entre os adeptos do *Movimento Ocupe Estelita*. Há não só o deslocamento da frase para um outro espaço, como também o deslocamento de plataformas nas quais as imagens circularam, o que permitiu, como podemos observar na imagem acima, que, ao ser compartilhada no *facebook* ou *Instagram*, fosse possível acrescentar comentários.

Além disso, é preciso enfatizar que a imagem 3 se trata de uma fotografia, cuja ênfase recai sobre a faixa; a imagem 4, por sua vez, se trata de uma fotografia com uma montagem (o acréscimo da faixa), que apresenta três planos, a saber: a faixa branca com a frase em letras pretas “Respeitem nossas famílias”; a situação precária das casas à beira do rio; e, por fim, na parte alta da imagem, o contraste provocado pelos dois grandes prédios no centro (as conhecidas torres gêmeas do Recife), além de um prédio à esquerda e uma igreja à direita. Não por acaso, a verticalidade dos prédios e da igreja se sobressaem na imagem: a igreja grande e imponente (o mais próximo do céu, de Deus) divide o espaço com grandes edifícios, nos quais determinados sujeitos têm direito a estar no topo<sup>15</sup>.

Diante dessa imagem, eu, pesquisador e adepto às ideias (e aos ideais) do *Movimento Ocupe Estelita*, sou posto diante do estranhamento. Essa cena da desigualdade do Recife, que tantas vezes tinha visto e vivenciado, é utilizada para contrapor o uso da frase “Respeitem nossas famílias”, fixada no prédio do Prefeito do Recife. O deslocamento produzido pela frase joga com o verbo “respeitar” e o seu complemento “nossas famílias”. A referência do pronome possessivo, na imagem 4, é construída em relação aos moradores da área pobre do Recife, não mais em relação às famílias da residência de luxo onde mora o prefeito da cidade. Enquanto na imagem 3, as famílias do prédio pedem respeito aos acampados que ocupam a frente de sua residência; na imagem 4, pede-se respeito à situação precária na qual as famílias vivem.

Assim, apesar da mesma base linguística (PÊCHEUX, 2010), o que observamos é que, em *relação à primeira frase* (no prédio do prefeito), os sentidos já não são os

---

15 A forma-sujeito religiosa deu espaço para a forma-sujeito jurídica na sociedade moderna (HAROCHE, 1992; ORLANDI, 2012b). A forma-histórica capitalista é o sujeito jurídico, sujeito de direito e deveres, sujeitos (des)igualmente com direitos e deveres. Ao que parece, onde o Estado falha, como é o caso da imagem 4, a igreja mantém mais forte sua presença, acolhendo (interpelando?) esses sujeitos.

mesmos. Sobre a oscilação no sentido, Orlandi (2014), em entrevista à Fiocruz, afirma que, por todo enunciado se constituir como pontos de deriva, o que produz os deslizamentos de sentido, e por haver a polissemia (o movimento contraditório sobre o mesmo objeto simbólico), há a desorganização. Dessa forma, a palavra e o sentido não correspondem, há a possibilidade do sentido sempre ser outro, há a deriva, o efeito metafórico. É por isso que apesar da mesma base linguística, o que está em jogo, na imagem 3, é o respeito à propriedade; por sua vez, na imagem 4, é o respeito a ter seus direitos garantidos, ou seja, o direito à assistência, o direito a (sobre)viver.

Entretanto, diferentemente da frase na imagem 3, que remete apenas às famílias do prédio do Prefeito do Recife, na imagem 4, por meio do comentário, podemos observar o deslizamento de sentidos em torno da frase “Respeitem nossas famílias”. Há um jogo parafrástico, que nos permite o seguinte esquema:

Respeitem nossas famílias.



Respeitem as famílias do Coque.



Respeitem as famílias da Vila Sul, da Vila do Motorista, de Brasília Teimosa, da Ocupação Cacique Xicão, do Bom Jesus.



Respeitem os ambulantes.



Respeitem nossas famílias que são todos os dias roubadas e enganadas por esse governo.

#ResisteEstelita #OcupeEstelita #ForaGeraldo

A cada reiteração feita pelo sujeito, há o deslizamento de sentidos: o efeito metafórico. Ao contrário do primeiro “Respeitem nossas famílias” (imagem 3), os deslizamentos de sentidos no comentário da imagem 4 apontam para o respeito às famílias que vivem à margem, aos ambulantes e a todas as pessoas que são roubadas e enganadas pelo governo (de Geraldo Júlio). “Nossas famílias” desliza para “as famílias” do Coque/Vila Sul/Vila do Motorista/Brasília Teimosa/Ocupação Cacique Xicão/Bom

Jesus, favelas/comunidades do Recife que resistem às grandes construções imobiliárias, à margem, na/pela falha do Estado<sup>16</sup>. Há, portanto, um afastamento de quem fala em relação a quem é falado, o sujeito fala pelas famílias que nessas comunidades moram: “nossas famílias” dá lugar a “as famílias”, o sujeito não se inclui. Pede respeito, à distância.

E os sentidos deslizam: os ambulantes também merecem respeitos. “Famílias” desliza para “ambulantes”, por que trabalham como ambulantes? São ambulantes? Pensar a família como ambulante é um sentido interdito para a imagem 3, mas possível para a imagem 4. Devido à dinâmica da sociedade capitalista contemporânea, esses sujeitos à margem (“as famílias”) podem ser significados como ambulantes e, contraditoriamente, devem ser respeitados. Fica a pergunta: como?

Ambulante, ainda é preciso frisar, se opõe a estar fixo, assentado em um lugar. Dessa forma, deslocando o que aponta Rodríguez-Alcalá (2014), em trabalho sobre o centro de São Paulo, a questão do assentamento (da permanência) é uma questão importante para definir a cidade. Ao contrário do nomadismo, a cidade se caracteriza pelo fixar-se. No entanto, o que observamos é que ao deslizar de “as famílias” para “os ambulantes” o que temos é o movimento, o circular pela cidade. Essas famílias não são, portanto, consideradas moradores, mas ambulantes, sem lugar fixo, à margem dos cuidados do Estado.

Além disso, a indignação com a forma pela qual a população é tratada se materializa na seguinte frase “Respeitem nossas famílias que são todos os dias roubadas e enganadas por esse governo”. Ao contrário das frases anteriores, o sujeito se inclui em “nossas famílias”, não porque ele mora na favela/comunidade da imagem 4, mas porque são “nossas famílias todos os dias roubadas e enganadas por esse governo”. É a insatisfação com o governo que identifica esse sujeito com aquelas famílias à margem, e não o fato de lá morar. Enquanto na imagem 3, a construção discursiva do referente “nossas famílias” remete às famílias do prédio do Prefeito do Recife; na imagem 4, por outro lado, quem fala “nossas famílias” não são as famílias que necessariamente moram nas casas da imagem em questão. É pelo olhar do outro que as famílias à margem são significadas, pois o lugar que elas ocupam não lhes permite “falar”. Essas famílias,

---

16 É interessante observar que a própria designação dos nomes das favelas/comunidades “Brasília Teimosa” e “Ocupação Cacique Xicão” apontam para a luta para estar na cidade. Teimar (Brasília Teimosa) e ocupar (Ocupação Cacique Xicão), por exemplo, indicam essa resistência diária, na/pela falha do Estado, por um lugar na cidade.



localizadas à margem da (so)ci(e)dade, não são *sujeitos* de enunciação, mas *objetos* dos quais se fala<sup>17</sup>.

Por fim, ainda no comentário da imagem 4, é importante observar, ao mesmo tempo em que há a defesa da cidade por meio da ocupação em frente à residência do Prefeito, também há a defesa da cidade pela ocupação do espaço digital. O *Movimento Ocupe Estelita* ganha força, sobretudo, por meio do espaço digital. Foram as possibilidades de *likes* e compartilhamentos que impulsionaram a adesão de novos integrantes ao movimento e proporcionaram que ele ganhasse visibilidade nacional e internacional.<sup>18</sup> A utilização dos hashtag *#ResisteEstelita* *#OcupeEstelita* e *#ForaGeraldo* aponta não apenas para o apoio ao *Movimento Ocupe Estelita*, que ocupa a frente da residência do prefeito, mas também para a ocupação nas redes sociais, que continua sendo determinante para a adesão ao movimento e para pressionar as autoridades públicas para o tombamento da área do Cais. Porém, uma questão nos fica: seja ocupando o espaço urbano, seja ocupando o espaço digital, de fato, resiste, o movimento?

### **Na tentativa de um ponto final...**

Se como aponta Paul Henry (2010b, p. 38), “os instrumentos científicos não são feitos para dar respostas, mas para colocar questões”, nosso trabalho se propôs a abrir questões sobre o direito à cidade e a luta por ocupar um lugar nela. Dessa forma, sustentados em uma perspectiva discursiva materialista, buscamos compreender como os objetos simbólicos por nós trabalhados produziram sentidos sobre os sujeitos e os lugares que eles ocupam na cidade.

Contrário ao discurso da verticalização da cidade e da segregação provocada por um certo modelo de desenvolvimento, o *Movimento Ocupe Estelita* aparece como um lugar de oposição ao *Projeto Novo Recife*. Selecionamos para a nossa análise não os

---

17 Payer (2001) se refere à relação cidade/campo na qual o sujeito do campo é sempre significado a partir dos sujeitos da cidade. Aqui deslocamos essa discussão para pensar que, na cidade, o sujeito à margem é significado por quem tem direito à fala, ou seja, sujeitos que ocupam determinadas posições sociais. Nesse sentido, os sujeitos-moradores da favela do Recife não teriam espaço (direito à fala) para pedir respeito.

18 Não nos adentraremos nessas questões, mas o ocupar o espaço urbano e o espaço digital parecem ser determinantes para o *Movimento Ocupe Estelita* e essa relação merece um estudo mais aprofundado. São sujeitos desejantes e inconformados com a situação social que se identificam em defesa do patrimônio histórico e do espaço público em detrimento do privado. É importante olharmos para esse funcionamento político que permite, na constituição da cidade, espaços de significação para os sujeitos.

*discursos sobre* o movimento, tampouco os discursos que sustentam as práticas do movimento, mas o enunciado “Respeitem nossas famílias”, que foi fixado pelos moradores do prédio do Prefeito do Recife, após acampamento/ocupação em frente à sua residência para protestar contra a aprovação do Projeto de Lei que autorizava a construção de prédios na área do Cais José Estelita.

A utilização da mesma frase, por adeptos do *Movimento Ocupe Estelita* em um outro suporte material, provocou outros efeitos de sentido. Ou seja, a mesma base (linguística) produziu diferentes processos (discursivos), ao ser relacionada com outra materialidade significante, colocando em xeque quem tem direito a pedir respeito na sociedade. O pronome possessivo “nossas” acompanhado do substantivo “famílias” (“nossas famílias”) evidencia a diferença, a divisão social, por meio da referência da construção discursiva em ambas as frases. Não são todos que têm direito a pedir respeito, a ter respeito. Na imagem 4, embora haja o questionamento sobre quais famílias estão sendo desrespeitadas, é importante observar que não são os moradores à margem que se defendem: a eles não é dado o direito à fala. É por meio do olhar do outro que esses sujeitos se tornam visíveis e são significados: são famílias de comunidades carentes do Recife que merecem respeito.

É importante que observemos que, embora o Estado pareça falhar na imagem 4, a Igreja está lá presente, sustentando as relações sociais e “mantendo” os lugares ocupados por esses sujeitos. É preciso, além disso, que seja analisado o lugar que o *Movimento Ocupe Estelita* ocupa no direito à cidade, compreendendo a política e o político, as contradições, em jogo nessa relação. A própria ideia de patrimônio histórico, como sugere Fedatto (2013), pode ser segregacionista, pois é preciso nos perguntarmos sempre: o que é (considerado) patrimônio histórico? Por que patrimônio histórico? Para que patrimônio histórico? Para quem o patrimônio histórico? A que serve o patrimônio histórico? São perguntas que demandam outras pesquisas e que não temos aqui o intuito de respondê-las.

Apenas a análise dos discursos que sustentam o *Movimento Ocupe Estelita* poderá nos dizer que não se trata de um *discurso disponível*<sup>19</sup>, mas efetivamente de um movimento de resistência. É preciso lembrar, contudo, que a resistência, ao contrário de ser “oposição a” (LAGAZZI-RODRIGUES, 1998, p. 66), tem o estatuto de manutenção

---

19 A expressão é de Eni Orlandi. E estamos entendendo o *discurso disponível* como um discurso de fácil acesso que aparece como oposição a um discurso dominante. Contra-identificado ao discurso dominante, o sujeito se identifica com o *discurso disponível* sem, no entanto, questioná-lo. Agradecemos à Professora Carolina Rodríguez por nos apresentar a expressão.

na Análise de Discurso, pois é ela que permite a diferença necessária para que na reprodução se produza a transformação, já que, ainda segundo a autora, “na determinação material das forças a luta de resistência é por mudança e contra mudanças” (p. 77).

O que podemos dizer por ora é que a luta pelos lugares (“a luta do sujeito pelo espaço de significação, de vida”, como afirma Orlandi, 2004, p. 106) continua e o *Movimento Ocupe Estelita* está nos propiciando uma reflexão sobre essa luta diária. Ao contrário de uma cidade já significada, onde os sujeitos não se (re)significam, a luta diária é por dizer-se, significar-se. E terminamos com uma citação da própria Orlandi (*idem*, p 70), o que buscamos são novas formas de socialização

onde a cidade demanda sentidos e onde os sujeitos da cidade – cidadãos – não estão sempre já significados mas eles também reclamam sentidos, novos sentidos, sentidos outros. (...) Produzindo-se, talvez, desse modo, novas formas de cidadania.

## REFERÊNCIAS

COSTA, G. C. *Sentidos de milícia: entre a lei e o crime*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

FEDATTO, C. P. *um saber nas ruas: o discurso histórico sobre a cidade brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

HAROCHE, C. *Querer Dizer, Fazer Dizer*. São Paulo: Hucitec, 1992.

HENRY, P. A história não existe? In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gesto de leitura*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010a, p. 23-48.

\_\_\_\_\_. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux. In: 2010b. In: GADET, F. HAK, T. *Por uma análise automática do discurso*. 3 ed. Campinas: Unicamp, 2010, p. 11-38.

LAGAZZI, S. Recorte signficante na memória. In. *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. INDURSKY, F.; LEANDRO-FERREIRA, M. C.; MITTIMANN, S. São Carlos: Clara Luz, 2009, p. 65-78.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. *A discussão do sujeito no movimento do discurso*. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da linguagem. Campinas, SP: [s. n.], 1998.

ORLANDI, E. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004

\_\_\_\_\_. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2012a.

\_\_\_\_\_. Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito. In: \_\_\_\_\_. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012b, p. 213-236.

\_\_\_\_\_. (2014). *Sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do silêncio*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u0Y2KGVkm9U>. Acesso em: 10 jun 2015.

PAYER, M. O. O Rural no Espaço Público Urbano. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Cidade Atravessada: os Sentidos Públicos no Espaço Urbano*. Campinas: Labeurb/Pontes/CNPq, 2001.

PÊCHEUX, M. (1977). *Remontemos de Foucault a Spinoza*. Trad. Maria do Rosário Gregolin. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 2009.

\_\_\_\_\_. Análise automática do discurso. In: GADET, F. HAK, T. *Por uma análise automática do discurso*. 3 ed. Campinas: Unicamp, 2010.

\_\_\_\_\_. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Orlandi. 6 ed. Campinas: Pontes editores, 2012.

RODRÍGUEZ, C. Em torno de observações para uma teoria geral das ideologias de Thomas Hebert. In: *Estudos da Linguagem, Vitória da Conquista*, n. 1, jun 2005, pp. 15-21.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Discurso e cidade: a linguagem e a construção da “evidência do mundo”. In: RODRIGUES, E. A.; SANTOS, G. L. CASTELLO BRANCO, L. K. A. (orgs.) *Análise de Discurso no Brasil: pensando o impensado sempre*. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: Editora RG, 2011, p. 243-258.

\_\_\_\_\_. Memória e movimento no espaço da cidade: para uma abordagem discursiva das ambiências urbanas. In: *RUA online*. Edição especial, 2014, p. 259-293.

### Como referenciar este artigo

NASCIMENTO, Felipe Augusto Santana do. “Respeitem nossas famílias”: o movimento *ocupe estelita* e a luta pelos lugares. **revista Linguagem**, São Carlos, v.28, n.1, jan./jun. 2018, p. 117-134.

**Submetido em:** 17/07/2017

**Aprovado em:** 02/05/2018